

Reforma Urbana Pereira Passos: resistências de uma população excluída

Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

MayaraGrazielle@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho tem como tema principal a resistência da população ocorrida durante a chamada Reforma Urbana Pereira Passos, que aconteceu entre 1902 e 1906, na cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos. Vale mencionar que esse trabalho se constitui em uma das diversas interpretações possíveis sobre o tema e está longe de ter se esgotado.

Tal como De Decca (1994), reconheço que existem modos de exclusão e de silenciamento de certos agentes históricos, e que estes foram oprimidos não apenas pelos vencedores da história como também pelos intelectuais. A história dos vencedores foi tomada como um fato histórico e não como umas das possíveis versões deste. O discurso acadêmico se tornou um canal de expressão encontrado pela classe operária, desse modo, os intelectuais acabaram falando em nome

desse grupo, e, conseqüentemente, foi ocultado o lugar de sua produção, não havendo uma reflexão crítica sobre isso. Minha intenção é resgatar a dívida dos oprimidos, diferentemente do autor, que afirma: “[...] posso assegurar que meu livro não pretendeu realizar o resgate dos vencidos e dos oprimidos da história.” (DE DECCA, 1994, p. 16).

Para resgatar essa dívida, reconheço que a população resistiu, abordando para isso quatro manifestações de resistência: a favela, a comunidade da Pequena África, a Revolta da Vacina e as disputas judiciais. De algum modo, os vencidos desse processo histórico escreveram sua história, em suas músicas, por exemplo, mesmo que sua versão não faça parte da história oficial. A comunidade da Pequena África era o reduto de muitos músicos que frequentemente compunham e cantavam sobre temas do seu cotidiano.

Uma contribuição teórica é trazer para discussão o tema da resistência, em geral os trabalhos não abordam a temática da resistência dentro do contexto do plano urbanístico-sanitário, não raro nem cogitam a possibilidade de ter havido alguma manifestação de resistência, isso quando não a negam. Outro objetivo foi ampliar a forma como a resistência é vista, há uma tendência de entender a resistência quase como sinônimo de revolta, como foi o caso da Revolta da Vacina. Todavia, resistência são as diversas estratégias encontradas pela população dentro do seu campo de possibilidades para lutar contra situações injustas, e, portanto, a população está longe da passividade que lhe foi atribuída. Resistência são ações realizadas na vida cotidiana, não tomam somente a forma de grandes revoluções e não dependem necessariamente de grandes mobilizações.

A contribuição social do trabalho reside no fato de tentar resgatar a dívida com os vencidos, ao buscar retratar a história a partir da posição de quem detinha uma condição subalternizada, os intelectuais acaba-

ram por representar a população de uma forma inerte, como ficou marcado na obra *Os bestializados* de José Murilo de Carvalho. Ou ainda em *A Revolta da Vacina*, de Nicolau Sevcenko, como demonstrado no trecho abaixo: “A capital federal e a sua população foram submetidas, sem nenhuma consulta ou esclarecimento a uma lei de exceção. E não havia recursos com que reagir: era submeter-se incondicionalmente à vontade dos mandatários” (SEVCENKO, 2010, p. 71). E no trecho: “Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia, como já vimos, ao abrigo de leis de exceção e bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas” (SEVCENKO, 2010, p. 82).

A favela

Os antigos combatentes da Guerra de Canudos se instalaram no Morro da Providência, que a partir daí foi chamado de Morro da Favella. O nome teria duas razões: a planta favela, presente na Bahia, que também era encontrada no Morro da Providência; e a resistência dos combatentes na Guerra de Canudos, entrincheirados no Morro da Favella baiano (VALLADARES, 2000). É quase certo que o termo favela teve origem baiana, introduzido, no fim do século XIX, com a chegada dos baianos combatentes da Campanha de Canudos (ROCHA, 1995).

O livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, é de 1902, posterior ao batismo do Morro da Favella, que aconteceu em 1897, todavia, o livro foi importante para reforçar esse mito de origem. O livro foi fundamental para se entender e interpretar a favela, em virtude do arraial de Canudos ter sido usado como um modelo para se pensar a população da favela, suas características e seu comportamento (VALLADARES, 2000). O mito de origem é justamente que a favela surgiu a partir da

ocupação do até então Morro da Providência por soldados baianos retornados da Guerra de Canudos. Logo, a primeira favela da história do Rio de Janeiro teria sido o Morro da Favella, por isso, essa forma de habitação ganhou o nome de favela.

Segundo Valladares (2000), a ocupação do Morro da Favella é datada de 1897. Já para Abreu (1994), há indícios de que sua ocupação tenha ocorrido um pouco antes, com a construção de barracões no Morro por volta de 1893/1894. Ainda de acordo com Valladares (2000), o Morro da Favella não foi o primeiro morro ocupado, outros morros datam seu povoamento por volta de 1881. Provavelmente seus habitantes não vinham do mundo rural brasileiro, e sim se tratavam de imigrantes portugueses, espanhóis e italianos. Tudo indica que o estabelecimento nessas áreas foi autorizado, não sendo resultado de uma ocupação ilegal. Conforme Abreu (1994), em 1865 e 1881, foi verificada a presença de barracões em morros, mesmo ainda os cortiços sendo a forma de habitação popular mais utilizada.

Dois focos de tensões que afetaram a capital no fim do século XIX contribuíram para o desenvolvimento da favela: a crise habitacional e a crise política advinda com a República, na qual se destacam a Revolta da Armada (1893/1894) e a Campanha Militar de Canudos (1896/1897). Desde a Revolta da Armada, o governo já vinha enfrentando o problema de alojamento de soldados do Rio de Janeiro (ABREU, 1994).

Cabe ressaltar que mesmo que no Morro da Providência os primeiros casebres tenham sido construídos por militares, anos depois, estes já eram minoria entre seus moradores. Provavelmente os soldados não deram origem à favela, já que há evidências de que esta tenha surgido antes, como apontam os autores acima, embora a presença deles devido à Revolta da Armada e à Campanha de Canudos tenha con-

tribuído com o desenvolvimento da favela. De qualquer forma, foi a partir do Morro da Favella que o termo foi incorporado para retratar um fenômeno que já estava acontecendo, mas que a partir dos eventos citados tomaram outras proporções.

É certo que no início do século XX já existiam “favelas”. Mesmo a favela não surgindo a partir do Morro da Favella, foi a partir de sua ocupação que o termo passou a definir essa nova forma de habitação, da qual se tornou uma solução para o problema habitacional da população pobre (ROCHA, 1995). Foi na segunda década do século XX que favela se tornou um termo genérico que não se referia apenas ao Morro da Favella, como também às aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, localizadas, em geral, em encostas (ABREU, 1994). Desde o início do século XX, existe uma associação entre favela e morro no Rio de Janeiro (VALLADARES, 2000).

É essencial abordar outra forma de habitação popular muito comum na época que antecedeu a favela: o cortiço. Na verdade, o cortiço era um termo utilizado genericamente, quase como sinônimo de habitação coletiva anti-higiênica, quando, na verdade, era somente uma das diversas formas de habitação coletiva, tais como estalagens, casas de cômodos, avenidas, vilas operárias, sótãos, porões, entre outras.

No século XIX, o cortiço era o *locus* da pobreza, local de moradia da chamada “classe perigosa”, ele era tido como um lugar propício às epidemias, ao crime e à vagabundagem, ameaçando, assim, a ordem moral e social. Nesse momento, conhecimento e ação eram inseparáveis, o conhecimento tinha como fim propor soluções, melhor administrar e gerir a pobreza e os pobres. No fim do século XIX, houve uma verdadeira guerra aos cortiços, terminando com a destruição do maior deles, o Cabeça de Porco, realizada pelo prefeito Barata Ribeiro

(VALLADARES, 2000, p. 6-7). A guerra às habitações coletivas agravou o déficit habitacional, o que contribuiu para o crescimento das favelas (SANTANA; SOARES, 2009).

Com a guerra contra os cortiços, o cortiço perdeu espaço para a favela, em consequência, o discurso e a intervenção mudaram de foco. O meio continuou sendo um condicionante para o comportamento humano, com o pobre sendo responsabilizado pelas mazelas da cidade (VALLADARES, 2000). Há uma relação direta entre a erradicação das habitações populares e a ocupação ilegal dos morros, que ganhou força na virada do século XIX para o século XX. Por exemplo, a demolição do Cabeça de Porco, situado na rua Barão de São Félix, próximo ao Morro da Providência, contribuiu para o crescimento deste. Segundo L. Vaz, após a destruição do Cabeça de Porco, um dos proprietários do cortiço, que também possuía terrenos no Morro, autorizou a ocupação deste, cobrando dos antigos inquilinos o direito de construir casebres ali. Dessa maneira, o cortiço era uma espécie de germe da favela (ABREU, 1994). Nem sempre as favelas surgem da invasão, muitas surgiram em terrenos particulares com a autorização e auxílio dos proprietários, como uma maneira dos proprietários não pagarem impostos e obterem renda através do aluguel, e também surgiram em áreas públicas (VALLADARES, 2000).

A separação de classes pretendida pelas transformações urbanas se deu de maneira tendencial, ela não ocorreu de forma absoluta. Nem todo mundo que habitava a área central foi afetado pela transformação ou se transferiu para o subúrbio, a Reforma do Rio de Janeiro não foi tão totalizadora quanto a Reforma de Paris. Dada a necessidade de residir na área central, para muitos a solução foi morar em bairros periféricos ao centro que não foram demolidos com as obras, como a Cidade Nova, mesmo pagando aluguéis mais caros, ou morar em um

novo *habitat*, a favela. Morar no centro ou em suas proximidades era condição indispensável para a própria sobrevivência, para muitas pessoas o trabalho deveria ser procurado diariamente, grande parte dos trabalhadores eram vendedores ambulantes ou prestadores dos mais variados serviços, dependendo de uma demanda que acontecia quase que exclusivamente no centro (ABREU, 2003). Lembrando que as obras não afetaram somente as residências do proletariado como também suas fontes de emprego.

Houve uma tentativa de segregar e regular o espaço urbano carioca, porém, essa tentativa não saiu como esperada. O plano urbanístico estava associado à produção do espaço, que demanda um conjunto de regras e normas com respeito ao uso do espaço urbano (OLIVEIRA, 2015). Com as intervenções na cidade, um novo espaço urbano é criado no Rio de Janeiro, esse espaço acaba escapando, parcialmente, do seu objetivo segregador. A cidade, agora reformada e moderna, continua sendo marcada pela diferença. O espaço não foi moldado de maneira definitiva pelos urbanistas, visto que a leitura dos espaços feita pelos usuários não é a mesma que a realizada por seus criadores, nem os usuários do espaço o percebem de maneira igual. Os espaços criados pelas reformas foram feitos principalmente para o usufruto da classe mais rica, se bem que os pobres também se apropriaram deles. A Avenida Central foi projetada para o uso das classes altas e médias e para representar um Rio de Janeiro civilizado, mesmo que os pobres também a tenham utilizado através do comércio ambulante, das festividades e das manifestações. A grande avenida é exemplo de um espaço reapropriado pelos pobres, apesar da intenção segregadora inicial. A rua acabou não sendo um espaço onde se pudesse praticar o exercício da segregação, boa parte da fruição da cidade do Rio de Janeiro é gratuita e democrática, mesmo diante de todo o esforço por

uma exclusão das camadas populares (PEREIRA, 1992).

As reformas, urbana e sanitária, foram conduzidas de forma autoritária, não obstante, isso tudo não foi suficiente para moldar a capital tal como os artífices da transformação buscavam, os setores populares conseguiram com algum sucesso reorientar o curso das reformas. Se a população não conseguiu desfazer a característica eminentemente elitista, ao menos, conseguiu evitar que alguns aspectos antipopulares fossem implementados (PECHMAN; FRITSCH, 1985). Ainda segundo os autores:

Espremidos entre uma elite governamental partidária de um intervencionismo arbitrário e uma elite burguesa que não desejava tê-los a seu lado como verdadeiros cidadãos, os pobres, por meio de motim, da desobediência às leis, do proselitismo de seus valores, revelavam à sociedade o seu inconformismo diante da tentativa de excluí-los do novo Rio que se estava construindo. Às reformas elitistas, respondiam com o seu avesso, habitando um espaço que não lhes tinha sido destinado, exercendo ofícios expressamente proibidos, praticando cultos que se queria desonrosos, permitindo-se a expansões de alegria que se tinha como indesejáveis. (PECHMAN; FRITSCH, 1985, p. 187).

Além disso, de meados de 1880 até a Reforma Urbana Pereira Passos, o subúrbio era uma opção relativamente barata para quem pudesse arcar com os gastos do transporte, porque a construção era livre e realizada por meio da autoconstrução ou por terceiros. Com Pereira Passos na prefeitura, além do ataque aos cortiços das freguesias centrais, por meio do Decreto 391, de 10 de fevereiro de 1903, foi instituída uma série de exigências em relação à construção. Exigências como a regulação da construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios, regulação de fachadas, dos materiais que eram permitidos na construção, a exigência de plantas e construtores legalmente habilitados, entre outras exigências (ABREU, 2003).

O resultado disso foi o fim da liberdade de construção no subúrbio, por consequência, sua inviabilidade como local de moradia para uma parcela significativa dos trabalhadores, sendo que o subúrbio era tido como um local ideologicamente destinado para eles. A forma urbana desejada pelo prefeito, o subúrbio, se revelou contraditório porque os subúrbios eram tidos como a solução para o problema habitacional dos trabalhadores, ao mesmo tempo, essa solução foi inviabilizada e desenvolveu o seu contraponto, a favela, que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendia erradicar na cidade (ABREU, 2003).

Em geral, a população que se dirigiu aos subúrbios foram os segmentos de classe média com empregos estáveis, tal como os militares (BENCHIMOL, 1992). Ou pessoas que trabalhavam em fábricas instaladas lá, e não necessariamente as pessoas que foram despejadas das habitações coletivas (QUEIROZ, 2008). Enquanto que as pessoas que permaneceram no centro eram os mais pobres que viviam do mercado de trabalho informal.

Portanto, o plano urbanístico-sanitário contribuiu para a expansão das favelas, mesmo com tentativas de se acabar com elas, seja removendo sua população ou o próprio morro (ABREU, 1994). Diante das dificuldades de moradia, se tornou comum a autoconstrução de barracos nas encostas dos morros no entorno do centro da cidade, geralmente elas eram feitas de madeiras e chapas de zinco, materiais descartados das construções ou produto das demolições (SANTANA; SOARES, 2009). A população pobre encontrou nas favelas uma forma de manutenção da vida na cidade (ASSUMPÇÃO; SCHRAMM, 2012). A permanência e a difusão das favelas devem ser entendidas como a materialização da luta dos mais pobres pelo direito à cidade (ABREU, 1994). Em síntese, a favela surge como uma forma de resistência

(SANTANA; SOARES, 2009).

Vale lembrar que, no Rio de Janeiro colonial, não havia tanta hierarquia social do espaço urbano, a diferença se dava mais pela forma e aparência da moradia do que por sua localização. O usufruto de espaços públicos, e até privados, não significava o uso democrático da cidade, apenas demonstrava que, numa sociedade explicitamente diferenciada por classes, não existia tanta necessidade de segregação espacial, os espaços eram compartilhados porque cada um sabia o seu lugar. Quando a sociedade brasileira passa a ter estatutos legais igualitários, pelo menos teoricamente, o espaço urbano passa a ser diferenciado, separando, na prática, uma sociedade que permanecia hierarquizada em classes (PEREIRA, 1992).

A ocupação do solo urbano passou a ser orientada pelas exigências do capital, isso significou uma diferenciação territorial da população, uma vez que houve um privilegiamento de certas áreas (SANTANA; SOARES, 2009). Apesar do privilegiamento de algumas áreas em detrimento de outras por parte do capital e do Estado, a classe trabalhadora foi habitar a Zona Sul, mesmo que nos morros, e permaneceu na área central, mesmo com a guerra às habitações coletivas. A população mais pobre utilizou estratégias para burlar a tentativa de segregação socioespacial.

Por volta da última década do século XIX, a crise habitacional já havia começado a se agravar, houve um aumento populacional e a produção de moradia não conseguiu acompanhar o mesmo crescimento. O descompasso entre o crescimento da população e da construção de novas moradias gerou um adensamento populacional. Um fator que contribuiu para o crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro foi o fluxo migratório interno e externo (ABREU; VAZ, 1991). Com tudo isso, as possibilidades e condições de moradias, que já não

eram boas, pioraram.

A *Tabela 1* mostra a distribuição da população da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1890 e 1906. O objetivo é demonstrar o impacto que as reformas geraram no local de moradia da população.

Tabela 1: Distribuição da população na cidade do Rio de Janeiro em 1890 e 1906

	1890	%	1906	%
Freguesias urbanas centrais	229.376	44,26	241.197	29,95
Freguesias urbanas periféricas	196.010	37,82	378.451	46,99
Freguesias suburbanas	92.906	17,92	185.687	23,06
Total	518.292	100	805.335	100

Fonte: Recenseamento de 1906, adaptado pela autora.

A partir do decreto 1.030, de 14 de novembro de 1890, o Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, passou a ser dividido em 21 Pretorias. As freguesias urbanas centrais: Sacramento, Candelária, São José, Santa Rita, Santana e Santo Antônio. As freguesias urbanas periféricas: Glória, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa, São Cristóvão, Gávea e Engenho Novo. E as freguesias suburbanas: Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá.

A *Tabela 1* demonstra como as reformas urbana e sanitária impactaram na vida da população. Se, antes, 44,26 % da população residia na área central, após as reformas, 46,99 % da população morava nas freguesias urbanas periféricas. Ainda que, em termos absolutos, tenha havido um aumento populacional na área central de 11.821 habitantes, ele foi pequeno se comparado com as demais freguesias, passando a abrigar 29,95 % da população em 1906. As freguesias suburbanas tiveram um aumento de 92.781 habitantes, a população praticamente dobrou nessa região. Mesmo assim, sua população não chegava a $\frac{1}{4}$ da população total, abrigando 17,92 % da população em 1890 e,

23,05 % em 1906. Em termos absolutos, as freguesias urbanas periféricas obtiveram o maior aumento populacional, de 182.441 habitantes, abrigando, em 1906, o maior contingente populacional da cidade, que antes era de 37,82 %. As intervenções urbanísticas impactaram diretamente nas freguesias centrais, nem por isso parte significativa da população deixou de permanecer no centro, nem todo mundo que morava na área central foi afetado pelas obras. Mesmo com parte da população tendo se deslocado para o subúrbio, é ainda mais significativo o deslocamento para as áreas urbanas periféricas.

De fato, um dos objetivos foi expulsar o excedente humano dispensável, o que não significa que ele tenha dado certo, pelo menos não totalmente. As mudanças na cidade causaram um deslocamento da população, ainda assim, a população não foi habitar os subúrbios, não da forma como era esperada. Ela permaneceu no centro ou em suas proximidades, seja habitando a Zona Sul ou mesmo bairros centrais como a Cidade Nova, seja morando nas favelas ou se apertando nas moradias coletivas restantes, a população acabou por criar estratégias para assegurar seu direito à cidade.

A comunidade da Pequena África

A freguesia de Santana foi criada em 1814 a partir do desmembramento da freguesia de Santa Rita, constituindo-se em uma freguesia urbana localizada na área central. A freguesia de Santana era conhecida como a Pequena África e tinha como capital a Praça Onze. Inicialmente, a preferência pela área do porto se deu por este constituir-se em um local de trabalho, contudo, com as transformações urbanas, a região portuária foi afetada, então houve um deslocamento para as proximidades da Praça Onze (SILVA, L. 2015).

Em 1890, a freguesia de Santana concentrava o maior contingente populacional de todas as freguesias da cidade do Rio de Janeiro e, em 1906, o segundo maior, de acordo com o recenseamento de 1906, mesmo a área central tendo sido o objeto privilegiado da intervenção urbana. Segundo Pereira (1992), essa freguesia escapou em parte da picareta municipal, tendo as outras freguesias sofrido mais com as mudanças ocorridas na cidade, mesmo abrigando uma grande concentração de habitações coletivas e uma população pobre, ambas indesejadas e perseguidas, porque outros fatores também se faziam relevantes. A escolha do local submetida à intervenção dependia de dois fatores: a necessidade de circulação e a escolha de um novo centro voltado para a área sul.

No início do século XIX, com a chegada da família real em São Cristóvão, a área que recebeu o nome de Cidade Nova se valorizou, se tornando um local de moradia da aristocracia. Por se tratar de um local de passagem entre o centro e o bairro aristocrático, até então era uma região praticamente desabitada. Na segunda metade do século XIX, esse cenário se modificou com a expansão do sistema de transporte, a alta burguesia se voltou para a região sul, local que começou a receber consideráveis investimentos do Estado (SILVA, B. 2015).

No fim do século XIX com a abolição, os negros, principalmente do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, foram habitar a região que já vinha recebendo migrantes estrangeiros e nacionais (SILVA, B. 2015). A freguesia deixou de ser uma região de pequenas chácaras para se tornar uma área repleta de habitações populares (SILVA, L. 2015). Por conta disso, era um lugar com relativa oferta habitacional, o que tornava os aluguéis mais baratos, e se localizava na área central, próximo ao mercado de trabalho, como o porto.

Nesse contexto do pós-abolição, o fluxo migratório que se desta-

cou foi o dos baianos, dando início à diáspora baiana na capital, formando a comunidade da Pequena África. É necessário deixar claro que mesmo a freguesia de Santana abrigando uma população negra em sua maioria, diferentes grupos conviveram e construíram suas próprias táticas de sobrevivência, se bem que o aparato de repressão do Estado foi pensado preferencialmente para os negros. Três conceitos são indispensáveis ao se falar em Pequena África: território, etnicidade e cultura (SILVA, L. 2015, p. 271-278).

Cada grupo imprime as marcas de sua cultura na cidade, e isso pode ser entendido como formas de luta pela preservação de suas tradições ou mesmo por espaços na cidade. A Pequena África ganhou significado por meio da prática sociocultural e das experiências cotidianas dos negros que ali se estabeleceram, eles criaram modos de vida próprios, estratégias e práticas de sobrevivência na cidade (RIBEIRO, 2009). A ideia de território está vinculada à de identidade, nessa direção, brigar pelo espaço significa brigar pelo reconhecimento de sua própria existência. O pertencimento ao espaço se dava não através de um vínculo à propriedade, pelo contrário, se dava devido uma rede de relações que faz parte da própria identidade do indivíduo (VELLOSO, 1990). Segundo Lucia Silva (2015, p. 264): “[...] os territórios só ganham inteligibilidade por meio da prática da população que ali vive”.

A Europa era um modelo para as mudanças na cidade, só que essa Europa era idealizada, ela passava por problemas econômicos, políticos e sociais (SILVA, B. 2015). Nesse sentido, se pretendia uma europeização do Rio de Janeiro e se lutava para impor padrões de conduta e valores culturais tidos como universais. A África era um ponto de referência para esse grupo, era uma forma de marcar sua identidade, mesmo sendo uma lembrança distante ou construída no imaginário, em virtude disso, seu modo de vida estava distante do

pretendido pelas classes dominantes. Na Pequena África era comum o uso de dialetos africanos, especialmente os de origem nagô. Os negros da Pequena África criaram hábitos, valores e costumes que influenciaram a cultura no restante da cidade e que contrastavam com a cultura propagada pelo processo de modernização. Por exemplo, o termo favela foi introduzido pelos baianos por meio dos combatentes da Campanha de Canudos, esse fato demonstra a influência dos baianos na cidade, por mais que de maneira subterrânea (VELLOSO, 1990). Como bem cita Velloso (1990, p. 208): “A ‘Pequena África’ decididamente não tem lugar na maquete da cidade idealizada pelo prefeito Pereira Passos”.

Como ressalta Lucia Silva (2015), as características culturais podem ser pensadas como táticas de sobrevivência. Os negros mantinham um padrão de vida distante dos valores capitalistas, o que os tornava indesejáveis. Velloso (1990) cita um exemplo disso, nos padrões burgueses, o espaço possuía um valor imobiliário, já para os negros o espaço ganhava valor pela energia participativa, o espaço constituía-se em energia móvel (axé) que pode ser transportada de um lugar ao outro. Justamente o deslocamento geográfico (Salvador, área portuária, Cidade Nova) também exprime uma transposição simbólica, o mais forte não era a territorialidade física e sim a energia que dela emana capaz de unir os membros. “Esse é um recurso para garantir o espaço de uma cultura constantemente ameaçada” (VELLOSO, 1990, p. 225).

Uma importante personagem da Pequena África era Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como Tia Ciata (SILVA, B. 2015). Na grande família, baseada em laços étnicos, as tias baianas assumem o papel de matriarcas: elas estão a par de tudo, preocupando-se com todos, são elas que decidem, providenciam e batalham no dia a dia.

As mulheres davam conselhos, mediavam conflitos, administravam os poucos recursos, organizavam as festas, conheciam as rezas e o poder das ervas medicinais. A cultura negra, o samba, o carnaval e a culinária foram ganhando espaço na sociedade, os códigos culturais começaram a se entrecruzar, ainda que de forma precária. A casa da tia Ciata atraía muitos músicos, intelectuais e pessoas da classe média carioca, como Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, João do Rio e Mário de Andrade (VELLOSO, 1990). A alta sociedade passou a se interessar pela consulta com os “feiticeiros” africanos, como eram chamados aqueles ligados aos cultos afro-brasileiros, da mesma forma que se interessavam em assistir a um pagode na casa da Tia Ciata (MOURA, 1995). Os brancos eram aceitos nas festas, mesmo os membros da elite não eram malvistas ou responsabilizados pela escravidão, fato ainda recente na época (SILVA, B. 2015). É na Praça Onze, precisamente na casa da Tia Ciata, que, em 1916, surge o samba, cuja primeira música se chama *Pelo telefone*, fruto de uma composição coletiva.

A Pequena África não existe mais fisicamente, hoje ela é somente um espaço de memória das experiências vividas para os grupos que ali residiram, isso porque, na década de 1940, a Praça Onze foi parcialmente demolida para a construção da Avenida Presidente Vargas e, posteriormente, em 1980, devido à chegada do metrô. A região que compreendia a Praça Onze hoje não tem mais o seu traçado original. No espaço onde se localizava a Pequena África foi construído o Monumento ao Zumbi, a escola municipal Tia Ciata, o sambódromo e o terreirão do samba, isso pode ser entendido como uma forma de luta pela significação e preservação do espaço. A demolição da Praça Onze foi marcada por protestos por parte da comunidade negra. No carnaval de 1941, a marcha *Praça Onze*, de Herivelto Martins e Grande Otelo, foi

composta como forma de protesto contra sua demolição, outras composições também foram escritas para o mesmo fim (SILVA, B. 2015, p. 57-88). Segue abaixo um trecho da música *Praça Onze*:

Adeus, minha Praça Onze, adeus
Já sabemos que vais desaparecer
Leva contigo a nossa recordação
Mas ficarás eternamente em nosso coração

O que parece não ter ocorrido com os judeus, posto que, ao que tudo indica, saíram sem reclamar, muitos na verdade já haviam deixado a Praça Onze (SILVA, B. 2015, p. 87-88). Os judeus também expressam suas experiências vividas na região, não da mesma forma que os negros, visto que os judeus não frequentam a Praça Onze e não há indícios de sua cultura no local. Conquanto, um grupo de judeus se reúne todo ano num clube judaico da Zona Sul, no chamado almoço da Praça Onze, para relembrem os velhos tempos. Dessa forma, a Praça Onze continua viva na memória dos grupos que ali moraram e de seus descendentes. Através das memórias, negros e judeus atribuem e mantêm significado ao lugar (RIBEIRO, 2009).

A comunidade negra é caracterizada pela resistência subterrânea, não sendo comum um confronto direto com o poder, é através das brechas que se colocam na sociedade, sendo incansáveis na luta do cotidiano (VELLOSO, 1990). Durante as transformações na capital, a cidade passou não só por uma transformação física, como também simbólica. A comunidade da Pequena África é um exemplo de uma comunidade que resistiu à tentativa de europeização e aburguesamento da cultura, pois ela vivia de uma maneira diferente do restante da cidade. Distante dos padrões desejados pela elite e pela classe dirigente, os negros estavam voltados para a África, mesmo essa África sendo

distante ou construída no imaginário.

A Revolta da Vacina

O Rio de Janeiro, no início do século XX, passava por graves problemas urbanos: precário sistema de água e esgoto, lixo na rua, habitações populares insalubres e superpovoadas, um ambiente ideal para a proliferação de doenças como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Reformar o porto, realizar a reforma urbana e sanitária eram os três principais objetivos do governo federal comandado por Rodrigues Alves. Como bem salienta Sevcenko (2010, p. 65): “De que adiantaria reformar o porto e replanejar a cidade, se ninguém quisesse atracar no primeiro nem adentrar na segunda?”

No dia 28 de junho de 1904, o anteprojeto da vacinação obrigatória contra a varíola foi mandado ao Congresso, ocorreram debates no Congresso e na Imprensa, envolvendo positivistas, oficiais do Exército e líderes operários. A oposição tentou impedir o seu andamento, o que não deu certo, e, em 31 de outubro de 1904, foi aprovada a lei da vacina obrigatória antivariólica em todo país (BENCHIMOL, 1992). Com a aprovação da lei, coube ao Departamento de Saúde Pública, chefiado por Oswaldo Cruz, determinar os procedimentos por meio de um decreto, definindo normas, métodos e recursos para sua aplicação (SEVCENKO, 2010).

No dia 9 de novembro de 1904, o jornal *A Notícia* publicou um plano de regulamentação da vacina obrigatória contra a varíola elaborado por Oswaldo Cruz. Foi esse fato que gerou uma reação contra o decreto por parte da população, da imprensa e da oposição parlamentar, culminando na Revolta da Vacina. Os termos eram rígidos, abran-

giam desde recém-nascidos até idosos, impunha vacinação, exames e reexames, sendo necessário a obediência incondicional, o objetivo era uma campanha rápida (SEVCENKO, 2010).

No dia 10 de novembro, ocorreram os primeiros choques entre a população e a polícia, que reprimia com vigor os distúrbios (PEREIRA, 1992). A população foi às ruas protestar contra a medida, enfrentando a Polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros, visto que somente a força policial não conseguia dar conta do motim. A revolta se deu em grande parte na área central da cidade, sobretudo nos bairros da Gamboa e da Saúde. A Revolta da Vacina não durou muito. No dia 16 de novembro de 1904, a obrigatoriedade da vacina foi revogada, permanecendo, entretanto, conflitos isolados. O resultado do conflito não se sabe com precisão, certamente saíram muitos mortos e feridos, foram cerca de 1.000 presos, sendo metade deportados para o Acre, território recém-conquistado da Bolívia, e estrangeiros foram banidos do país. Os militares foram presos, a Escola da Praia Vermelha foi fechada, os cadetes desligados do Exército e exilados para regiões de fronteira (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006).

O projeto de lei da obrigatoriedade da vacina continha cláusulas rigorosas, como multas aos refratários e exigência de atestado para matrículas em escolas, acesso a empregos públicos, casamentos e viagens. A campanha de vacinação envolvia violência praticada pelas autoridades de Saúde Pública e pelos vacinadores, as Brigadas Sanitárias entravam nas casas das pessoas e as vacinavam à força, recorrendo, caso necessário, ao uso da força policial (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006, p. 19-33). O método de vacinação era considerado violento, a vacina e seus aplicadores pouco confiáveis. Em geral, os opositores da campanha de vacinação contra a varíola

reconheciam a utilidade da vacina, apesar de não concordarem com a caráter compulsório e com suas formas de aplicação (SEVCENKO, 2010).

A população desconhecia os efeitos da vacina e os temia, somado a isso, jornais de oposição noticiavam casos de efeitos colaterais que possivelmente foram causados pela vacina. Além disso tudo, existia a exposição e manipulação de partes íntimas do corpo feita por estranhos, numa época em que certas partes do corpo não eram sequer mostradas em público (SEVCENKO, 2010). De fato, a vacinação era considerada um atentado ao pudor das mulheres, que teriam que desnudar os braços ou se despirm diante dos vacinadores, ainda por cima, jornais de oposição noticiavam que a vacina seria aplicada nas nádegas (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006).

Como ficará demonstrado, a lei catalisou a fusão de forças sociais díspares contra o governo, culminando em duas revoltas superpostas, mas de naturezas diferentes, na qual a historiografia chamou de Revolta da Vacina. Para Bóris Fausto, a Revolta da Vacina é um exemplo de protesto policlassista (BENCHIMOL, 1992).

O pretexto imediato da Revolta da Vacina foi a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, porém, por um longo tempo, setores de oposição política já vinham articulando um golpe contra o governo. Essa oposição era composta por dois grupos: pelos republicanos, os jacobinos (referindo-se aos civis) e florianistas (referindo-se aos militares); e pelos monarquistas. O plano de tomar o poder era dos republicanos e foi financiado pelos monarquistas como Afonso Celso, Candido de Oliveira, Andrade Figueira e Visconde de Ouro Preto (SEVCENKO, 2010). Isso significa que a rejeição à obrigatoriedade da vacina também teve por trás um objetivo político, tomar o poder, planejado pelos republicanos que não viam o país como a

República ideal, e foi financiado pelos monarquistas, afastados do poder desde a Proclamação da República. Para os republicanos tomar o poder significava refundar a República, e para os monarquistas significava retomar o poder que haviam perdido. Esses segmentos tentaram se aproveitar do descontentamento da população em prol de um projeto político próprio, ajudando a desencadear a revolta através de discursos acalorados e da própria imprensa, buscando liderar os rebeldes, só que o movimento popular tomou seu próprio rumo.

O golpe estava previsto para o dia 15 de novembro por duas razões: posto que o objetivo era refundar a República baseada nos ideais dos fundadores, principalmente Benjamin Constant e de seus discípulos da Escola Militar da Praia Vermelha, a data da Proclamação da República era ideal. Eles retornariam o verdadeiro espírito republicano perdido com os governos civis de Prudente Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, acusados de privilegiar os fazendeiros e cafeicultores paulistas. O segundo motivo era que nessa data haveria o desfile militar para comemorar a data cívica, o general Silvestre Travassos, um dos líderes do golpe, comandaria as tropas em parada e incitaria a revolta. O que eles não contavam era que as reações populares afetariam seus planos, uma vez que por conta disso, o desfile foi cancelado (SEVCENKO, 2010, p. 43). Isso de acordo com a história oficial, é possível que o plano já tivesse sido descoberto pelo governo.

No dia 14 de novembro, os militares se reuniram para decidir o que fazer diante das novas circunstâncias, decidiram então marchar rumo ao Catete junto com os alunos das escolas militares, depor o presidente e estabelecer um novo regime, segundo o modelo positivista. O governo ficou sabendo do plano e reforçou sua sede administrativa, o golpe acabou não dando certo. Em síntese: houve tanto um motim popular quanto uma sedição militar (SEVCENKO, 2010, p. 43-46). Em

parte, o motim popular obteve sucesso, a obrigatoriedade da vacinação antivariólica foi revogada e a população demonstrou que é capaz de se rebelar, já os militares não obtiveram êxito no plano de tomar o poder.

Se, por um lado, a revolta da população foi incitada pelos republicanos, monarquistas, parlamentares, militares e positivistas que queriam tomar o poder e já vinham articulando um plano, evidenciando que essa manifestação de resistência não foi totalmente espontânea e, em alguma medida, foi manipulada por esses grupos. Por outro lado, a população acabou por fugir parcialmente da tentativa de controle e direcionamento de suas ações. Mesmo que os grupos já citados tenham convocado um movimento de contestação em prol de um projeto político, o movimento tomou seu próprio rumo, inclusive afetando o plano inicial, que era de tomar o poder durante o desfile cívico de 15 de novembro de 1904. Ainda que a população tenha sido manipulada para dar início a uma revolta, isso não significa que seus interesses não estivessem alinhados em alguma medida com as reivindicações do movimento, que oficialmente era contra a lei de vacinação obrigatória antivariólica, mas, que, na verdade, catalisava um descontentamento com todas as transformações que estavam acontecendo na cidade e na vida da população.

Um fator de ordem cultural contribui para a rejeição à vacina, os negros, que representavam grande parte da população do Rio de Janeiro, recorriam às práticas tradicionais de curandeiros e suspeitavam da medicina dos brancos. Outrossim, a população negra descendente dos povos bantos e iorubás acreditavam que as epidemias de varíola eram um castigo do orixá Omolu ou Obaluaiê, considerando a doença até uma forma de purificação pelos pecados cometidos. Pelos motivos já apontados, os seguidores do candomblé não tinham muita

confiança na vacina e acreditavam ser necessário se opor a ela (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Vale mencionar que a revolta não se deu apenas como uma reação à campanha de vacina obrigatória, esta foi somente a gota d'água de um descontentamento muito maior, que abrangia as reformas urbana e sanitária em curso na capital, dirigidas por Pereira Passos, Oswaldo Cruz e Rodrigues Alves. Enfim, devido a um conjunto de fatores que não só agravavam as condições de vida da população como colocavam em questão a sua própria maneira de viver.

A maior parte dos participantes da Revolta da Vacina eram baianos. O bairro da Saúde, local principal de moradia da “baianada”, foi um dos pontos da cidade em que a revolta tinha mais força (VELLOSO, 1990). Não é à toa que o personagem mais marcante da história de resistência da Revolta da Vacina foi o estivador e capoeirista José Horácio da Silva, mais conhecido como Prata Preta. Ele lutou até os últimos dias na Revolta da Vacina, segundo a imprensa, foram necessários cinco homens para prendê-lo, não se sabe ao certo que destino ele teve (SEVCENKO, 2010).

Perante tudo exposto, fica demonstrado que a recusa à vacinação se dava por motivos de várias ordens: cultural, moral, político e por uma rejeição ao projeto de modernização imposto e baseado em valores burgueses e europeus, valores estes que nada tinham a ver com uma população heterogênea, da qual grande parte detinha valores voltados para a África.

Durante a Revolta da Vacina, foi utilizada com grande intensidade e amplitude a violência policial, não direcionada somente às pessoas que realmente participaram da revolta, e sim de uma forma geral aos pobres, os sem moradia, sem emprego e sem documento. O que importava não era definir os culpados, investigar os suspeitos e nem jul-

gar os acusados, mas remover da cidade o excedente humano com potencial turbulento, algo que preocupava as classes governantes e a elite. As autoridades buscavam difamar os participantes do movimento com o fim de justificar sua ação violenta: de um lado, havia os representantes da ordem e, do outro, do caos. Os suspeitos detidos e aprisionados durante a Revolta da Vacina sofreram violência física, cujo objetivo era colocar medo entre as vítimas das violências, facilitando a investigação e o controle dos presos, com isso, durante o processo, inevitavelmente, marcavam os corpos dos acusados (SEVCENKO, 2010, p. 98-107). Nas palavras de Sevcenko (2010, p. 107): “Era como uma ficha criminal gravada no próprio corpo dos detidos, que poderia ser consultada para identificá-los a qualquer momento, bastando para isso desnudá-los”.

As pessoas foram deportadas para o Acre sob o pretexto da necessidade de suprir mão de obra da produção de borracha. Numa época em que o governo incentivava a imigração estrangeira europeia, deportar essas pessoas para o Acre se mostrou contraditório. Isso aconteceu porque tratava-se de pessoas dispensáveis, incontrolláveis e incômodas (SEVCENKO, 2010, p. 103-105). Cabe lembrar que parte dos deportados morreu durante a viagem ou na floresta amazônica. Os desterrados não tinham sequer uma condenação judicial ou até mesmo participação na revolta. Essas pessoas não se adequavam ao *status quo* dos governantes e da elite por conta de seu emprego informal, por residir em cortiços, por seu potencial de revolta e pela prática de atividades ilegais como capoeira, roubos, furtos, jogo do bicho e prostituição.

O processo de modernização ocorrido no Rio de Janeiro no início do século XX teve enormes custos sociais, humanos e econômicos que recaíram sobre as classes populares. A Revolta da Vacina foi o

maior motim da história do Rio de Janeiro (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Nas palavras de Sevcenko (2010, p. 93): “A revolta não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação”.

As disputas judiciais

A disputa judicial é uma manifestação de resistência que se deu no âmbito institucional-legal, demonstrando que resistência não acontece apenas de uma maneira subterrânea, a resistência contra o Estado também acontece dentro dele. Muitos trabalhos não reconheceram a possibilidade de resistência e muito menos de resistência institucional-legal. Na contramão a tudo isso, os processos judiciais apontam para a Justiça como um possível espaço de luta por direitos em meio às transformações urbanas. Cabe lembrar que os processos aos quais o presente trabalho se refere são encontrados no Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, onde estão os processos da Justiça Federal, e no Arquivo Nacional, onde estão os processos da Justiça Sanitária, incluindo processos criminais e cíveis.

O Juízo dos Feitos da Saúde Pública, nome oficial da Justiça Sanitária, foi criado em 1904 como uma instância própria do Judiciário para deliberar e julgar as questões sanitárias no Distrito Federal. A Justiça Sanitária compreendia ações cíveis e criminais: nas ações criminais, a Diretoria Geral de Saúde Pública move os processos contra os infratores do Regulamento Sanitário; nas ações cíveis, é a população que recorre à Justiça Sanitária contra a Saúde Pública ou contra a própria Justiça Sanitária para contestar ações das autoridades sanitárias, dessa maneira, é autora dos processos e não ré deles (QUEIROZ,

2008).

Tabela 2: Distribuição dos processos criminais e cíveis da Justiça Sanitária por anos e tipos de ganhos para os acusados

Período	Número de processos criminais	Número de processos cíveis	Número total de processos	Percentual de ações criminais com algum tipo de ganho
1904 a 1906	742	17	759	36,8
1906 a 1907	748	2	750	54,4
1907 a 1908	744	12	756	51
1908 a 1909	441	6	447	55
1909 a 1911	717	33	750	58
1911 a 1912	251	19	270	37
Total	3.643	89	3.732	49,7

Fonte: QUEIROZ, 2008, adaptado pela autora.

Por meio da *Tabela 2*, é possível observar que o número de processos em que a população foi ré na Justiça Sanitária é muito maior. Por outro lado, é bem significativo o número de ações criminais em que a população obteve algum ganho, que vai desde absolvições até reduções de multa. Isso demonstra que um alto percentual de ações em que a população era ré no processo não impossibilitou que ela conseguisse algum ganho com eles. Tal como Queiroz (2008), defendendo que tanto as ações cíveis como as ações criminais foram um canal de resistência e luta utilizados pela população, embora à primeira vista pareça que apenas nos processos cíveis existia essa possibilidade.

A Justiça Sanitária foi criada para julgar as pessoas que infringissem o Regulamento Sanitário na cidade do Rio de Janeiro. O Regulamento Sanitário, por exemplo, regulava as ações da polícia sanitária nos domicílios e as funções de notificações, isolamento, desinfecção e vigilância médica do serviço de profilaxia geral de doenças infecciosas. Ademais, podia interditar e desocupar prédios para realizar ex-

purgos, desinfecções e melhoramentos considerados necessários, em casos de contágio, más condições de higiene e aglomerações de moradores (CANTISANO, 2015).

A Justiça Sanitária foi criada para agilizar as transformações empreendidas na capital, e não como uma instância que tinha por finalidade ser um canal de defesa da população. Mesmo essa instância tendo sido criada para um determinado fim, não impossibilitou que a população se apropriasse dela de outro modo. Como demonstrado na *Tabela 2*, quase metade das ações criminais nessa instância tiveram um parecer favorável à população, mesmo que não tenham resultado numa absolvição, e, por mais que a população fosse ré no processo, isso significa que o objetivo de sua criação, em parte, falhou.

Muitas ações cíveis são respostas às ações criminais movidas na Justiça Sanitária. Na maioria dos casos, as ações criminais se referem às infrações sanitárias cujo réu entra com uma ação cível para provar que não cometeu uma infração sanitária e garantir seus direitos. Os processos cíveis representam uma pequena parcela dentro do total de processos na Justiça Sanitária. Dentre as ações cíveis, é a população mais abastada que, em geral, entra com o processo, isso se explica possivelmente pelo fato dos mais pobres não terem condições de arcar com as custas judiciais e advogados. Cabe lembrar que somente parte dos processos estavam disponíveis, impossibilitando uma análise mais precisa. Diferente dos processos cíveis, os réus dos processos criminais da Justiça Sanitária são compostos de pessoas de condições sociais e financeiras diversificadas (QUEIROZ, 2008). Evidenciando que os mais pobres foram levados até a Justiça Sanitária como réus nos processos criminais, entretanto, se aproveitaram dessa instância para lutar por seus direitos.

Duas estratégias de defesa nos processos criminais chamam a aten-

ção: a fuga do réu e a alegação de analfabetismo. Provavelmente, a fuga do réu foi uma forma dele não pagar a multa e nem de ir preso, de não se submeter às condições do Regulamento Sanitário ou de se opor às reformas urbana e sanitária. Algumas pessoas usavam essa estratégia de defesa peculiar que era fugir dos olhos das autoridades sanitárias, judiciais e policiais, assim, as punições das ações não tinham como ser aplicadas. Isso ocorria porque nem sempre se acreditava que os resultados seriam favoráveis ou se tinha dinheiro para contratar advogados e bancar as custas judiciais. O desaparecimento do réu pode ser considerado um tipo de ganho, visto que ele acabava não pagando a multa, não sendo preso e talvez até o processo era prescrito. Outra estratégia de defesa utilizada foi se recusar a assinar intimações de obras, comparecimento em juízo e outros documentos dos inspetores sanitários ou da Justiça Sanitária. Muitas vezes, a justificativa do réu para tal atitude era a alegação de analfabetismo (QUEIROZ, 2008, p. 132-133).

Na época, o índice de analfabetismo na capital era de 40% da população. De fato, não se sabe se essa alegação era uma mentira estratégica ou uma verdade que por vezes era conveniente de ser usada. Planejada ou não, houve casos em que essa estratégia deu certo e o processo acabou sendo prescrito. Nesse sentido, a alegação de analfabetismo também pode ser considerada um tipo de ganho (QUEIROZ, 2008, p. 134).

Mesmo a Justiça Sanitária sendo uma instância própria para julgar as questões sanitárias, as pessoas também recorriam à Justiça Federal. Isso acontecia porque as pessoas não queriam ficar à mercê dos agentes administrativos da Saúde Pública ou porque perderam suas ações na Justiça Sanitária e recorreram à Justiça Federal. Na Justiça Federal, os *habeas corpus* compreendem a maioria dos processos, são

inúmeros os processos contrários ao próprio Regulamento Sanitário sob alegação de inconstitucionalidade. A alegação estava fundamentada no fato do Regulamento Sanitário ter sido elaborado pelo poder Executivo. Além disso, havia a alegação de que o Regulamento fere a Constituição de 1891 sobre o direito à propriedade e à liberdade individual (QUEIROZ, 2008, p. 82-110). Os juristas argumentavam que a delegação de poderes legislativos ao Poder Executivo violava a separação de poderes (CANTISANO, 2015).

Edward Thompson (1997) fala de ambiguidade das leis, a mesma lei serviria para impor regras definidas por poucos para uma maioria, perseguindo e até criminalizando certos grupos ou atitudes, como também serviria para a população recorrer e conquistar vitórias. Thompson ainda fala do Direito como um instrumento, um espaço de mediação entre as classes, uma arena de lutas e de expressão de conflitos. A lei não deixa de ser uma tentativa de canalizar os conflitos da sociedade civil para o espaço do Estado.

Na visão marxista, as leis são procedimentos institucionalizados da classe dominante, Thompson não descarta essa possibilidade de se entender as leis, mas também não se limita a ela. Por conseguinte, o Direito seria um espaço de luta do qual podem surgir resultados imprevistos, possibilitando às pessoas das classes mais desfavorecidas conseguirem seus direitos por via legal. As pessoas recorriam ao Judiciário como um espaço de luta, pois, pelo menos teoricamente, todos eram iguais perante a lei. Se as leis foram criadas por representantes da classe dominante, pessoas das classes desfavorecidas poderiam usar as mesmas leis e instâncias decisórias ou ainda usar a mesma lei por meio de diferentes interpretações, entrando mais uma vez no paradoxo da lei. Por exemplo, as pessoas tanto recorriam à Constituição contra o Regulamento Sanitário quanto usavam o próprio Regula-

mento para defender seus direitos (THOMPSON, 1997 *apud* QUEIROZ, 2008).

Conforme Cantisano (2015), o Direito foi uma linguagem de resistência que se deu não só dentro dos tribunais como fora deles também. O uso da linguagem jurídica fora dos tribunais pelos mais pobres acabou por ampliar suas chances de resistência, porque não se pode negar que o Direito era um campo limitado como canal de resistência para a classe trabalhadora, nem todos podiam arcar com as custas judiciais e com advogados, isso em relação às ações cíveis. Mesmo o Direito sendo um campo limitado de atuação para a população mais pobre, ainda sim é uma possibilidade, nesse caso, principalmente nos processos criminais e fora dos tribunais.

Nas ações criminais a população poderia se defender e lutar por seus direitos, e ela fez isso por meio das mais variadas estratégias, como a fuga e a alegação de analfabetismo. O uso da linguagem jurídica significa que mesmo não recorrendo à Justiça, a população se utilizava de uma linguagem jurídica para evocar seus direitos constitucionais, mostrando que a população tinha uma consciência jurídica, por mais que limitada. Quando a população recorria à Justiça, nas ações criminais e cíveis, tinha que ter sua argumentação pautada no que era constitucional ou não, afinal estavam lutando por meio da via legal, se tornando necessário o uso da linguagem jurídica.

Parte da população desenvolveu uma consciência jurídica baseada na linguagem constitucional da inviolabilidade do lar através da cobertura jornalística dos casos (CANTISANO, 2015). Mesmo parte significativa da população sendo analfabeta, os casos ganhavam uma certa repercussão. Para José Murilo de Carvalho (2011), a intervenção estatal desagradou a elite que se baseava em conceitos liberais de direitos individuais, então, a elite liderou uma campanha moralizante

no Congresso e em jornais de oposição que visavam a adesão dos mais pobres contra a vacinação obrigatória. A elite difundiu a ideia de que os agentes sanitários invadiam as casas das pessoas para, nas palavras do romancista José Vieira, “inocular o veneno sacrílego nas nádegas das esposas e das filhas” (CARVALHO, 2011, p. 132 *apud* CANTISANO, 2015, p. 302). Isso demonstra que, em alguma medida, as manifestações de resistência da população, dentro e fora dos tribunais, foi direcionada pela elite e pela classe governante. Mesmo a elite tinha a possibilidade de ter um direito constitucional infringido.

Aparentemente, recorrer à Justiça é uma forma conservadora, dado que o uso da lei está em oposição a uma ação drástica como uma revolução, e constitui-se no uso da negociação, todavia, seu conteúdo continua rebelde, ou seja, de resistência. Para quem acredita que a revolução é uma meta para os trabalhadores, de fato isso parece um retrocesso, por outro lado, representa um ganho, ainda que pequeno (QUEIROZ, 2008). Vale ressaltar que a Revolta da Vacina ocorreu meses depois da instituição do Regulamento Sanitário e da Justiça Sanitária, isso significa que a lei e a Justiça não impediram que se tivesse um motim, outra forma de luta vista como revolucionária, mais legítima e adequada para a classe trabalhadora.

O Direito e o planejamento urbano estão intimamente relacionados, ambos representam ideias sobre como as coisas devem ser e se baseiam na crença de que sociedades e cidades podem ser ordenadas. Os planos urbanos também são implementados através de leis e decretos, em virtude disso, o Direito é um instrumento do planejamento urbano. Os planos urbanos não são capazes de determinar totalmente a realidade que se pretende modificar, existe uma assimetria entre o planejamento e a implementação que ocorre pelos mais variados motivos: devido à falta de recursos, negociações, atos de resistência e até

grandes revoltas, revelando o descontentamento da população com o ideal de cidade planejada. De forma similar, isso também acontece com a lei, existindo uma distância entre ela e sua realização, nessa distância existem procedimentos e costumes que limitam sua eficácia (CANTISANO, 2016).

O Direito, que era um instrumento para a realização do plano urbano, foi transformado em um canal de resistência e adaptação inserido entre o plano e a realidade. O Direito e a cidade se modificaram mutuamente. De um lado, a cidade foi moldada por conceitos, práticas e instituições jurídicas, estas abriram caminho e impuseram limites ao plano urbano. Os processos judiciais, por exemplo, impactaram na geografia urbana da cidade, posto que prédios condenados à demolição permaneceram de pé. Por outro lado, a cidade mudou o Direito, uma vez que os conflitos que surgiram do processo de transformação urbana deixaram marcas na conceituação e prática do Direito. Isso porque a história do Direito não se resume às leis e decretos, pelo contrário, práticas, instituições e conceitos jurídicos são dinâmicos (CANTISANO, 2016).

Considerações finais

Diante de tudo apresentado, como bem aponta Sevcenko (2010), fica claro para quem o programa de modernização implementado na capital era destinado e às custas de quais sacrifícios e sacrificados.

Diferente da visão maniqueísta e funcionalista da historiografia, não se trata de uma visão binária dos fatos, de um lado, o capital e o Estado e, do outro, a população excluída, tendo o Estado e o capital conseguido implementar o projeto urbanístico-sanitário e saído vencedores na história. A história da Reforma Urbana Pereira Passos

é composta por uma trama múltipla de relações e não dual, diversos interesses estavam em conflito durante as transformações na capital. Na verdade, houve um campo de disputas mais complexo do que a dualidade apresentada pela historiografia, que se deu em diferentes níveis, com derrotas e vitórias para ambos os lados, é claro que havia uma assimetria na detenção de poder, e que, portanto, a luta foi desigual. Como demonstrado, as reformas não impediram que a população excluída e mais destituída de poder lutasse e obtivesse vitórias significativas.

Para que a nova imagem pretendida para a capital ganhasse legitimidade e eficácia, outra imagem de cidade deveria ser extirpada e negada. O que estava em questão era uma tentativa de europeização, e conseqüentemente a negação de uma brasilidade que representava a diversidade cultural e étnica. Como bem tratado por Freire-Medeiros (1993), a elite e a classe dirigente que buscava pôr fim ao Brasil colonial e atrasado não pôs fim às velhas estruturas do poder. Uma elite que procurava se identificar com a modernidade, a civilização e o progresso, defendendo valores igualitários e liberais, não pôs fim às hierarquias e aos privilégios. Adotou uma política não dialógica para realizar as reformas urbana e sanitária que, a seu ver, se faziam necessárias.

A Revolta da Vacina é considerada uma manifestação de resistência clássica, no entanto, está longe de ser a única manifestação de resistência e a forma mais legítima dela, outras manifestações de resistência contra Rodrigues Alves, Pereira Passos e Oswaldo Cruz se fizeram presentes, manifestações menos visíveis, e não, por isso, menos legítimas e eficazes. Como evidenciado, o motim não foi a única forma de manifestação e a rua não foi o único lugar, a população se manifestou e se opôs contra o projeto urbanístico-sanitário através dos

tribunais, por meio de sua cultura e de um novo *habitat* que surgia na cidade: a favela.

O objetivo do presente trabalho foi resgatar a dívida com a população excluída que não participou da construção oficial da história da qual fez parte, não relatando sua versão dos fatos, uma história de luta e resistência, silenciada primeiro pelos vencedores da história e posteriormente pelos intelectuais. Os primeiros os silenciaram por excluírem-nos da construção da história, prevalecendo a sua versão; os segundos por tentarem relatar uma versão dos subalternizados, mas uma versão que os apresentou como inertes. Desse modo, resgatar a dívida significa demonstrar que a população não foi passiva. Outro objetivo foi ampliar a percepção de como a resistência é entendida, reiterando, mais uma vez, que a resistência não deve ser pensada apenas como sinônimo de revolução. Resistência são as diversas formas que a população encontra para lutar contra aquilo que lhe oprime, essas manifestações de resistência se dão em pequenas ações da vida cotidiana, não depende somente de grandes revoltas e mobilizações. A população criou uma série de estratégias de reação contra esse regime, ainda que, em parte, algumas dessas estratégias de reação fossem incitadas e dirigidas pela classe governante e pela elite e não tivessem sido totalmente planejadas pela população.

Embora haja uma grande literatura sobre o tema tratado, ainda há muitos campos que precisam ser explorados, espero que esse trabalho tenha contribuído nesse sentido, de apresentar novos caminhos e possibilidades.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço & debates*, São Paulo, n. 37, v. 14, p. 34-46, 1994.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 161-177, 2003.

ABREU, Maurício de Almeida; VAZ, Lilian Fessler. Sobre as origens da favela. In: IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991, Salvador. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR - Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território*. Salvador, 1991.

ASSUMPÇÃO, Erick Araujo; SCHRAMM, Fermin Roland. Uma batalha urbana: poder e resistência na cidade do Rio de Janeiro. *Inquietude*, Goiânia, n. 2, v. 3, p. 122-143, 2012.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)* realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

CANTISANO, Pedro Jimenez. Lares, tribunais e ruas: a inviolabilidade de domicílio e a Revolta da Vacina. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, n. 11, v. 6, p. 294-325, 2015.

_____. Direito, propriedade e reformas urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 58, v. 29, p. 401-420, maio/ago. 2016.

DE DECCA, Edgar Salvadori. A produção do silêncio e a supressão do novo. In: _____. *1930 – O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 31-70.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. O sonho de ser Paris: Rio de Janeiro e Buenos Aires na virada do século. In: XII Congresso Anual da Associação Nacional de Estudos Urbanos e Regionais, 1993, Belo Horizonte. *Anais do*

XII Congresso Anual da Associação Nacional de Estudos Urbanos e Regionais. Belo Horizonte, 1993.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Cidadania e reformas urbanísticas no Rio de Janeiro: a Reforma Pereira Passos (1902-1906). In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE – A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Presidente Prudente, 2015.

PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 8/9, v. 5, p. 139- 195, set.1984/abr.1985.

PEREIRA, Sônia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1992.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça sanitária: cidadãos e judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904–1914)*. 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 22, p. 101-117, 2009.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*; CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SANTANA, Fabio Tadeu de Macedo; SOARES, Marcus Rosa. Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente. In: XII Encuentro de geógrafos de América Latina, 2009, Montevideú. *Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina – Caminado por una América Latina en Transformación*. Montevideú, 2009.

Secretaria Especial de Comunicação Social. Prefeitura do Rio de Janeiro.

1904 – *Revolta da Vacina: a maior batalha do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006. (Cadernos da Comunicação – Série Memória).

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Beatriz Coelho. *Negros e judeus na Praça Onze: a história que não ficou na memória*. Rio de Janeiro: Bookstart, 2015.

SILVA, Lucia. Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro. Territórios e etnia no último quartel do século XIX. *Revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos sobre a cidade*, Campinas, n. 10, v. 7, p. 262-281, jan./ago., 2015.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 44, v. 15, p. 5-34, out./2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, p. 207-228, 1990.

Resumo:

A Reforma Urbana Pereira Passos aconteceu entre 1902 e 1906 durante a gestão do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, e representou a primeira grande intervenção no espaço urbano do Rio de Janeiro. O presente estudo, que consiste em uma pesquisa bibliográfica, tem como tema principal abordar diversas manifestações de resistência que ocorreram durante a transformação na capital. O objetivo é demonstrar que diferente do retratado pela historiografia, a população não assistiu às mudanças que ocorreram na cidade e em suas vidas bestializados. A população lutou por meio de diversas estratégias dentro de seu campo de possibilidades para barrar o projeto urbanístico-sanitário em curso. Nesse sentido que resistência deve ser percebida, as manifestações de resistência acontecem na vida cotidiana, elas não dependem somente de grandes mobilizações.

Palavras-chave: Reforma Urbana Pereira Passos; Rio de Janeiro; resistências.

Abstract:

The Pereira Passos Urban Reform happened between 1902 and 1906 during the management of president Rodrigues Alves and of mayor Pereira Passos, and represented the first major intervention in the urban space of Rio de Janeiro. The present study, that consists in a bibliographical research, has as main theme to approach several manifestations of resistance that occurred during the transformation in the capital. The objective is to demonstrate that unlike of the portrayed by historiography, the population didn't see the changes that happened in the city and in their lives, "bestializados" stunned. The population fought by means of various strategies within its field of possibilities to bar the Urban-Sanitary Project underway. In that sense that resistance should be perceived, manifestations of resistance happen in everyday life, they do not depend only on large mobilizations.

Keywords: Pereira Passos Urban Reform; Rio de Janeiro; resistances.

Recebido para publicação em 15/08/2017.

Aceito em 15/08/2018.